

Ata da Reunião Ordinária do mês de Fevereiro de 2022 do CEDM/PR

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois às quatorze horas e quinze minutos em segunda chamada, por web conferência, pelo link: meet.google.com/uypp-noew-hae; **Abertura** – A Secretária Executiva Fernanda Marchione, inicia a reunião dando as boas vindas a todas as presentes, informa que o link da lista de presença se encontra disponível no chat, sendo que este documento de assinatura é um documento oficial para a confirmação de presença e faz a chamada inicial; **Conselheiras Representantes Governamentais**: Titular: Mara Sperandio – DGDM/SEJUF; Titular: Jussara Fatima Ribeiro – SEAS; Titular: Dineia Alves de Freitas - SETI; Titular Ana Claudia Machado – SESP; Titular: Kamila Conte Kunz – SEDU; Suplente: Michelle Leite Carolo – SEET; Titular: Carolina Bolfe Poliquesi – SESA; Titular: Regina Célia Vítório – SEED; Titular: Joseli Collaço – Casa Civil; Suplente: Desireé Barbosa Santiago - SUDS/Casa Civil; Suplente: Camila Evelin de Moraes – SEJUF/DT; Titular: Priscila Pacheco dos Santos – SECC; Suplente: Carla Konieczniak Aguiar – SESA; **Conselheiras Representantes da Sociedade Civil**: Titular: Maria Isabel Correa – UBM; Titular: Carmen Regina Ribeiro – RFS; Suplente: Lara Cubis de Lima – RFS; Titular: Eunice Teiko – CUT/PR; Suplente: Benedita Isabel dos Santos – CUT/PR; Titular: Terezinha Andrade Possebom – HUMSOL; Titular: Margarete Lopes lung – Grupo Dignidade; Titular: Clarice Weisheimer – FETEC; Titular: Isabela Candeloro Campoi – UNESPAR; Titular: Rosalina Batista – ASSEMPA; Suplente: Silvana Rausis Fcachenco – FAMOPAR; Titular: Suplente: Marcell Camargo – CIAF; Titular: Celia da Silva Leonardo – RMN/PR; Suplente: Ivanete Paulino Xavier – RMN; Titular: Margleyse Adriana dos Santos – APP; Suplente: Marcia Aparecida de Oliveira – APP; Titular: Andrea Regina Ferreira da Silva – SINDIJUSPR; Suplente: Patricia Robes Loureiro – SINDIJUSPR; Suplente: Daniele Bittencourt Azevedo Perich – FETEC; **Colaboradores e Convidados**: Silvane A F Farah – DGDM/SEJUF; Janaina de Oliveira Plasido – MP; Tamires Roza de Jesus Costa – DAS/SEJUF; Andressa Simões Reis Abraão – Procuradoria da Mulher; Leoci Nardelli – Procuradoria da Mulher; Mariana Martins Nunes – NUDEM; Carolina Pauleto ferraz Zancan – ASSOFEPAR/PMPPR; Ana Paula Görgen – ALEP; Daiane Machado – Campanha Mais Defensoria; Luzyanna Rocha Tavares – Procuradoria da Mulher de Pinhão; Scheila Fatima de Melo Pilarski - Movimento Não é Bacana; Nardi Terezinha Casanova - Confederação Brasileira Cigana; item um; **1) Boas Vindas da Presidente**: A Presidente dá as boas vindas e diz que é uma grande alegria encontrar todas bem, deseja um feliz dois mil e vinte e dois para todas e deseja que o ano de dois mil e vinte e dois começou corrido, más, que se Deus quiser, será um ano com muita saúde e muitas conquistas, ela diz que antes de aprovarem a pauta, gostaria de enfatizar que desde a posse, atendendo a solicitação do CEDM e o comprometimento do Secretário de estar intermediando, junto da SESA, para uma reunião da SESA com o CEDM com a finalidade de compreender o processo de reativação do Fundo, que foi buscado atender essa demanda já na primeira reunião do ano por entender que buscar este recurso é uma pauta prioritária e, que apenas na sexta-feira foi confirmado a solicitação de agenda com a SEFA junto ao CEDM e por isso não está na Pauta. Quem representará o Secretário Renê é a Diretora-Geral da SEFA, a Sra. Márcia do Valle, que no item sete tem a

solicitação da Carminha sobre informações da agenda com a SEFA, o que coincidiu com o horário que a Dra. Márcia pois, ela só poderá participar às 16 horas, Portanto, sendo essa uma demanda prioritária, não é possível fazer inclusão de pauta e, no caso das solicitações Maria Isabel de inclusão de pauta para falar do Plano, que já está na pauta a solicitação do departamento em aprovar uma Extraordinária para apresentar o Plano, que a Silvane falará sobre isso nos informes do departamento e veremos a melhor data para essa reunião extraordinária onde será apresentado o plano. Sobre as ações de março, do Conselho, sim, é muito que o CEDM planeje ações e que isso pode ser tratado na Comissão de Comunicação e também colocado no grupo do CEDM para aprovação das demais e, se for o caso, na mesma extraordinária para apresentar o plano também podem aprovar as ações, enfatizar que o tempo a partir das 16 horas, será priorizado para tratar da agenda com a SEFA onde tratarão da criação do Fundo Estadual, em seguida ela passa para o item dois da pauta; item dois; **2) Apreciação e Aprovação da Pauta:** Conselheira Maria Isabel solicita a inclusão do ponto de pauta “Informes das Comissões”, passando a ser o item sete da pauta, após a inclusão do ponto de pauta a Pauta foi aprovada; item três; **3) Aprovação da Ata de Dezembro:** Ata aprovada; item quatro; **4) Informes do Departamento da Mulher: Solicitação de Reunião Extraordinária:** Silvane solicita aprovação de uma reunião extraordinária para apresentação do Plano Estadual dos Direitos das Mulheres, **ficando aprovada a data de vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e dois, com início às nove horas**, em seguida ela fala que o Departamento da Mulher, durante o mês de janeiro, esteve participando da Operação Verão da SEJUF em todo litoral paranaense e pede a secretária apresentar na tela os trabalhos que foram realizados, sendo: “Durante todos os finais de semana do mês de janeiro, o DGDM esteve com à Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (#SEJUF-PR) em todo litoral paranaense, apresentando os Departamentos e às Políticas ofertadas para todo Estado do Paraná. Trabalhos Realizados: Estivemos com o Stand nas praias do litoral paranaense, com a divulgação dos canais de denúncia e a divulgação dos materiais de orientação tais como: - “Cartilha do Departamento de Garantia dos Direitos da Mulher; - Centro de Referência de Atendimento à Mulher Em Situação de Violência (CRAM); - Levanta Cabeça – Você Pode Mais; Não é Não – Seja Dona de Si!”. Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres: Para o Secretário Ney Leprevost, no Paraná, à Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres é pauta prioritária. Com o compromisso de estabelecer diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme as normas estabelecidas na Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Visita aos comércios do calçadão da Praia de Ipanema, em Pontal do Paraná, Operação Verão 2022 - Equipe DGDM/SEJUF”, não havendo mais a tratar ela passa para o próximo ponto da pauta; tem cinco; **5) Informes da Secretária -Executiva: Trabalho realizado no período de 08 de Dezembro de 2021 à 07 de Fevereiro de 2022: ATA:** - Conforme foi dito, à ATA da reunião de dezembro foi encaminhada por e-mail e pelo grupo do whatsApp para todas as conselheiras, a conselheira suplente, Dra. **Juliana Heindyk Duarte** solicitou correção em seu nome; - A conselheira **Carmen** apontou um erro de digitação e concordância.

Pauta/Convocação: - Foi encaminhado por E-mail e também no grupo do WhatsApp do CEDM, à Convocação e a Pauta para reunião ordinária; A Pauta foi encaminhada para a Comunicação da SEJUF no mesmo dia da Convocação, para publicação no site do CEDM/PR. **Justificativa de Ausência:** - A conselheira **Claudete Canezin** encaminhou por e-mail justificativa de que as terças e as quinta-feiras não pode participar das reuniões, pois, nesses dias, está em período onde dá aulas na UEL, no Curso de Direito. **Tramitações por e-Protocolo** - O DEDIF (**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA**), por meio do Protocolo nº 18.566.017-6, indicou à Sra. **ANDRÉIA MARIA SANSON CORAT**, como conselheira titular, em substituição a **ANA ZAICZUK RAGGIO**, representante da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF/DEDIF, junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM/PR. - Está tramitando o Protocolo 18.547.435-6 que trata da disponibilidade da SEFA para participar da reunião com o CEDM, o qual foi atendido na última sexta-feira, confirmando a participação da **Dra. Marcia do Valle** (Diretora-Geral da SEFA) nesta reunião, às 16 horas; - Foi reencaminhado o Protocolo: 17.635.700-2, que trata da solicitação de agenda com a SESP para apresentação de dados. **Correspondências Recebidas:** - Foi recebido o Protocolo 18.506.385-2, a íntegra do relatório final elaborado pelo Grupo de Trabalho “Caso Evandro para o Futuro”. **Correspondências Enviadas:** - Foi encaminhado por e-mail, para leitura, cópia do Protocolo 18.506.385-2, a íntegra do relatório final elaborado pelo Grupo de Trabalho “Caso Evandro para o Futuro”. Fernanda Marchione **Secretária Executiva – CEDM/PR**, não tendo mais a tratar ela passa para o próximo ponto da pauta; item seis; **6) Apresentação da Dra. Bianca Ohde Dalledone: Instituto Dalle Donne para Mulheres Trans:** A Presidente passa a para a Dra. Bianca que inicia a apresentação: “Instituto Dalle Donne - - Bianca Ohde Dalledone - Médica, com formação na UNIFENAS de Belo Horizonte - Especialização em Nutrologia, pela ABRAN, em São Paulo - TEA e desenvolvimento atípico - Período gestacional - Saúde da Mulher e Nutrição Materno-Infantil, Instituto Dalle Donne - Valéria Vigiani Marcondes - Médica, com formação na PUC PR - Residência em Ginecologia e Obstetrícia pelo Hospital São José, em SJP Rotina Ginecológica e Saúde da Mulher - Período gestacional e acompanhamento obstétrico - Estética íntima, Centro de Referência da Saúde Integrada da Mulher e Nutrição Materno-Infantil - Dalle Donne = Das Mulheres: Nutrologia, Nutricionista, Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Fisioterapia Pélvica, Enfermeira, Obstétrica, Dermatologia, Endocrinologia, Cardiologia, Psicologia, Psiquiatria, ATENDIMENTOS PARTICULARES, Parceria com a SEJUF PARANÁ, Virada, Feminina Ônibus Lilás, Estender à população transsexual, Especialidades do IDD de acordo com as demandas notadas, em cada região, Não é social se não for para todos Proposta Inicial - Inclusão das mulheres trans no acompanhamento clínico, com as especialidades referências para sua saúde, a curto e longo prazo - Inclusão das mulheres trans no escopo do projeto - junto à Virada Feminina, contra violência à mulher trans- Inclusão de homens trans no acompanhamento de doenças crônica prevalentes que interferem na sua qualidade de vida (SOP, endometriose, tireoidites), e para aqueles que desejam uma gestação ou já estão gestantes, no preparo ou acompanhamento gestacional e pós-parto - não seria

apenas saúde da mulher, mas sim saúde para quem tem útero; Proposta Inicial: - Preparo e capacitação dos profissionais de saúde, em todo estado do Paraná, para receber tanto mulheres quanto homens trans, de acordo com suas necessidades, a curto e longo prazo; Palestras, aulas, ambulatorios - Preparo e capacitação dos profissionais de saúde, em todo estado do Paraná, para receber tanto mulheres quanto homens trans, de acordo com suas necessidades, a curto e longo prazo Treinamento de equipes da saúde no acolhimento e atendimento Criação de centros de referência em cidades selecionadas. Instituto Dalle Donne”; a Conselheira Carmen diz que não conseguiu entender, do ponto de vista operacional qual seria a proposta, a Dra. Bianca diz que pensaram em fazer uma parceria com as prefeituras para todo o processo de triagem, que a ideia seria começar em parceria com as prefeituras, Mara diz que poderia ser acionado os Conselhos municipais, a Dra. Bianca diz que seria um piloto em Curitiba e que este seria um ponto de partida, Mara diz que em outro momento foi sugerido fazer uma comissão e que essa comissão poderia encaminhar essas demandas, Carmen diz que talvez tenha que fazer um GT para entender melhor e fazer uma proposta conselheira Silvana diz que é o município que atende pelo SUS e que seria o conselho estadual e não o municipal, a conselheira Carol diz que se trata de uma proposta de prestação de serviços e que a área da saúde trabalham com bases nas diretrizes do SUS, que além disso tem serviços próprios voltados para esse público, que não tem previsto hoje nenhum edital aberto para contratação de serviços, que se houver algum edital aberto para este tipo de serviço o Instituto pode participar, a Dra. Bianca diz que se trata de uma prestação de serviço sem visar custos, que seria gratuito, Margot diz que entendeu que este seria um trabalho social da clinica dela, que parece que está sendo jogado água fria no projeto da Dra. Bianca, ela diz que o que a Dra. está propondo é prestar atendimento as pessoas trans que não são tendidas pelo estado, que não adianta ficar esperando sair projeto do SUS, que a Bianca está aqui como sociedade civil, que precisam apoiar este projeto, que precisam conseguir outros médicos para abraçar este projeto, Benedita diz que está substituindo a titular Eunice, el diz que entendeu a proposta e que ficou bastante animada, que tem muito interesse em encaminhar esse projeto, que podem se reunir com o conselho municipal de sua região para implantarem o projeto, que podem pensar a nível estadual e que pode servir de exemplo para outros estados, que na hora de ouvir o projeto e meio que travar é complicado, que precisam ver meios de como estar introduzindo, ela pede que mande o projeto para e pede para estarem batalhando juntas, Isabela diz que um ponto importante seria localizar a demanda de homens trans e direcionar para o Instituto, que por ser uma prestação de serviço gratuita não inviabiliza o conselho de apoiar para que a demanda chegue até os municípios, Rosalina diz que não estão contra o projeto e defende a criação da comissão de saúde do conselho estadual, que varias questões de saúde passam pelo conselho, que as entidades da sociedade civil sabem onde as demandas se encontram, tanto para essa demanda quanto para outras demandas, Carol esclarece que a posição dela é em não avaliar o mérito do projeto, que a grande questão é que a proposta é uma prestação de serviço, ela diz que em relação que procurou olha para isso especificamente, que em relação a população LGBTQIA+, que pode trazer para o conselho para quem não reconhece todo o trabalho do Estado de atendimento, que isso

é importante de ser pautado, que é importante a criação da instancia que a dona Rosalina colocou, que independente do números de trans que tenha no estado, todos estão sendo atendidos nos trezentos e noventa e nove municípios do Paraná, que precisam pensar além do mérito e sim toda a linha de cuidado, que essa é a sua posição, Maria Isabel parabeniza a Dra. Bianca, que todas as falas são pertinentes e diz que o conselho precisa ter uma comissão de saúde, que precisam sim conhecer melhor o projeto, que essa comissão precisaria se aprofundar nesse projeto, que outra ação que passaria por essa comissão seria o mapeamento junto aos conselhos municipais de quantos homens trans estão nessa situação, concorda que qualquer trabalho que é colocado é muito importante e por isso precisam ter um conhecimento mais aprofundado, em seguida ela coloca para aprovação a criação de uma Comissão Provisória de Saúde, sem nenhuma oposição, **foi aprovado a Criação da Comissão Provisória de Saúde**, sendo composta pelas seguinte conselheiras: **Margot – Grupo Dignidade, Rafaelly – Grupo Dignidade, Benedita – CUT/PR, Carmen - RFS, Carol - SESA, Rosalina - ASSEMPA, Andreia – SINDJUS/PR e Silvane – DGDM/SEJUF**, a secretária informa que assim que terminar a reunião estará criando o grupo da comissão, a Presidente agradece a Dra. Bianca e a todas as pessoas que falaram, não havendo mais a tratar a Presidente passa para o próximo ponto da pauta; item sete; **7) Informe das Comissões:** A conselheira Maria Isabel diz que foi proposto na comissão de comunicação algumas propostas e solicita que a conselheira Carmen coloque as propostas, Carmen diz que teve contato com a comunicação da área da TV/Rádio Educativa sobre uma entrevista para vincularem em fevereiro e acabou que não ocorreu, que podiam aproveitar todo mês de março para fazer trabalhos com temas específicos em relação à mulher, que precisam sair desse ciclo fechado, que essa seria uma forma de chegar nas mulheres, que sentassem com o pessoal da comunicação para falar sobre isso, que essa proposta não demanda recursos, que só demanda boa vontade, Maria Isabel diz que a outra proposta seria fazer uma live interconselhos, com o seguinte tema: **A Interação dos Conselhos Municipais, as suas Demandas, não havendo mais a tratar as suas Necessidades, com o Conselho Estadual**, que essa seria uma maneira de aproximar os conselhos municipais e fazer uma primeira escuta para trazer essas demandas para o Conselho Estadual, Rosalina diz que essa é uma boa ideia, que os conselhos precisam interagir, que nessa escuta podiam também discutir a questão do fundo, não havendo nenhuma objeção, **ficando aprovada as propostas**, Mara solicita a Carmen que passe o contato das pessoas que foram contatadas, para que possa articular, Isabela diz que é bem importante ver como será realizado essa transmissão, Maria Isabel diz que precisam ver para a terceira ou para última semana de março, não havendo mais a tratar neste ponto da pauta, a Presidente passa para o próximo ponto; item oito; **8) Informe Gerais: Plano Estadual - Informe sobre em que etapa está sua elaboração, cronograma e discussão de como se dará a participação das Conselheiras; Informe sobre a constituição do Grupo de Trabalho interconselhos sobre violência policial deliberado na última reunião do Conselho; Informe sobre a proposta de reunião com a SEFA e SEJUF e Conselho para tratar do Fundo de Política para as Mulheres; Informe sobre Solicitação feita à SESP (ofício) sobre produção e divulgação de dados (reuniões desmarcadas):** O

item sobre o Plano Estadual foi tratado no ponto quatro da pauta; A Presidente diz que o grupo foi criado ainda no dia da reunião, que logo após a reunião, o departamento da mulher esteve comprometido com as demandas do Plano Estadual, que teve o recesso, após o recesso o departamento, além do plano estadual, esteve comprometido nos trabalhos da operação verão e, para complicar, o departamento teve que entrar em isolamento em decorrência aos vários casos de COVID das servidoras, por essa razão, apenas na semana passada conseguiram finalizar a minuta do texto que e o mesmo foi encaminhado no grupo de trabalho e aguarda a aprovação, sobre a solicitação feita a SESP, que infelizmente, no ano passado todas as datas sugeridas não foram atendidas pela SESP, que foi reencaminhado o protocolo a SESP, solicitando a agenda com o responsável pela apresentação dos dados quais foram solicitados, a secretária informa que o Major Todisco entrou em contato e disse que a Dra. Ana Cláudia entrou em contato na semana passada para corrigirem alguns detalhes do Case para a CODEM, que são varias informações para o monitoramento da violência doméstica no Estado do Paraná, a secretária pergunta se a Dra. Ana Cláudia tem alguma coisa para trazer a este respeito, a Dra. Ana Cláudia diz que estão em fase final de aprovação de uma plataforma que a CODEM terá acesso para conseguirem ter dados estatísticos sobre a violência contra as mulheres, que sabem que isso será um inicio, mas que tem que começar de alguma forma e pretendem começar em e não querem que passe de março, que a ideia é lançar uma anuário de segurança pública, que talvez não consigam colocar dados agora que envolvam o DEPEN, à Polícia Científica e à Policia Militar, más, que já conversou com os representantes das pastas e todos foram muito receptivos, para que tenham este anuário, que provavelmente, todo ano lançariam um anuário, que além do anuário, mensalmente, apresentariam um infográfico com os principais dados de violência contra as mulheres, tais como: morte violenta de mulheres, feminicídio, os crimes que tem a rubrica: políticas públicas, violência doméstica e familiar, que no anuário querem dividir dados estaduais, dados das delegacias da mulher, dados da região metropolitana de Curitiba e dados das vinte e duas subdivisões de polícia, que não querem que seja muito genérico só o estado ou só puxando só para a capital, por isso querem o apoio das conselheiras para depois do primeiro anuário que identifiquem as falhas e o que poderia ser melhorado, que a ideia é lançar em março, que de qualquer forma, que se mesmo assim tiver a intenção da reunião, que podem marcar a reunião, ou podem aguardar as respostas da comissão que vai tratar sobre a parte da violência policial, para tratar dos dois assuntos juntos, a secretária informa que o Dr. Ademir da SEFA já está na sala e que a Dra. Márcia ainda não entrou, a Presidente diz que achou excelente as colocações da Dra. Ana Cláudia e diz que este será um grande ano, a Dra. Ana Cláudia agradece ao CEDM por terem solicitado esses dados, que este primeiro anuário ira trazer dados de três anos e que não irá acabar e que conta com a participação de todas para anualmente irem melhorando os trabalhos, Maria Isabel diz que quando solicitaram essa agenda a pauta era bem mais ampla, que podem ir reconstruindo essa pauta e que de repente podem conseguir uma agenda com o Secretário, que como conselheira, gostaria muito de ter uma pauta com o Secretário, até mesmo para conseguir ampliar a representação para a Dra. Ana Cláudia, pois as pautas são muito mais amplas que a CODEM, que a questão dos dados

respondem uma parte das demandas, mas é muito além disso e quem sabe a Presidente consegue uma agenda com o Secretário, na sequência a secretária informa que a Dra. Márcia acabou de entrar, a Presidente agradece a presença da Dra. Márcia e ao Dr. Ademir pela presença para tratar de uma pauta tão importante, a Dra. Márcia cumprimenta a todas e diz que veio para ouvi-las, para saber como está o encaminhamento da demanda, que essas informações são muito importantes para poderem dar um norte para a abertura do fundo, reconhecendo a importância e a SEFA com um olhar estritamente orçamentário e financeiro, que isso não se esgota em uma reunião, que é mais uma orientação, pergunta para o Dr. Ademir se ele sabe se o protocolo voltou, o Dr. Ademir cumprimenta a todas e diz que até o momento não recebeu o protocolo, a Presidente explica que o veio um projeto de lei apresentado pela deputada Cristina para o fundo estadual, que passaram para a SEFA e para o financeiro e que retou para a Casa Civil para ser arquivado pois não foi aprovado, que o que querem é saber o que devem fazer para poderem iniciar este processo de forma que seja aprovado, a Dra. Márcia diz que a abertura do fundo requer uma receita, que o que tiver de indicações de recursos extras do tesouro, facilita para criação do fundo, que os recursos do FECOP é limitado e não abrange todas as necessidades apontadas pela SEJUF, que o tamanho da receita é muito maior do que a receita arrecada, que mais um fundo não comportaria, que teriam que ver no âmbito da SEJUF a redução de despesas para poder substituir para abertura do fundo, que com o recurso do FECOP não precisaria abrir um fundo específico, que a abertura do fundo dificulta muito a ação, que para conseguirem que o fundo passe o ideal é ter uma despesa extra do tesouro ou a redução de despesas pela SEJUF para poderem atender ao fundo, que não tem como crescer o número de despesas sem ter receitas para comportar, a Dra. Ana Cláudia pergunta se o fundo poderia receber recursos de outros poderes, a Dra. Márcia diz que existe sim, que seria despesas extras, sem ser do tesouro, que teria que ter no processo uma previsão de orçamento, com a concordância do TJ, um percentual das receitas, a medida que o recurso ingressasse, haveria a liberação para execução do fundo, que quanto mais tiver recursos extras factível, mais facilita para ativação do fundo, a Presidente diz que gostou de saber dessas possibilidades, que é bem complicado para a SEJUF reduzir custos, que na verdade as despesas só aumentam e que não tem de onde tirar, a Dra. Márcia diz que essa é uma realidade do Estado, que por isso quanto mais recursos do tesouro, mais possibilidade de ativação do fundo, a Presidente fala das arrecadações das multas do PROCON e pergunta se esse recurso poderia ser usado, a Dra. Márcia diz que sim, ela diz que a abertura de um fundo através de lei, mas, quem propõe é o poder executivo, que, em cumprimento a lei de responsabilidade fiscal, cada vez que se tem um aumento de despesas, tem que ter a compensação de apresentar uma redução permanente de despesas, ou, um acréscimo para comportar, que tudo isso faz parte de um processo para abertura de fundos, este processo que a SEFA irá avaliar, Silvana diz que as despesas sobem pois a violência está cada vez maior e que o Estado está cada vez mais afunilado, Maria Isabel cumprimenta a todas e diz que na época que esteve como presidente do CEDM esteve na posse do CONSEPIR e ficou impressionada com o fundo que eles tem e, que a maioria dos recursos, eram de empresas privadas, que na posse do CEDM o

Secretário Ney se pronunciou favorável ao fundo, que talvez seja necessário rever a minuta que foi negada, que primeiro precisam rever essa minuta, para entender qual a justificativa de negação, que uma outra questão seria a possibilidade deste recurso poder ser transferido fundo a fundo para os conselhos municipais, que provavelmente irão precisar muito mais da participação da SEFA para começar a construir outra minuta de forma que seja aprovada, que talvez precisem de uma reunião específica para isso, pois a aprovação do fundo é essencial para fazer frente a toda a demanda da violência no Estado, dona Rosalina diz que este é um ponto muito importante de discussão, parabeniza a conselheira Maria Isabel e diz que não podem recuar quando se trata da luta em prol dos direitos das mulheres, fala que precisam reconhecer a importância das mulheres e o quanto elas contribuem nos municípios e no Estado, que essa discussão é bem pesado e que seria preciso construir um grupo de trabalho para tratar dessa demanda, que essa poderia ser uma proposta a ser apresentada para os políticos para eles se comprometerem com essa pauta, que se não tem mais conselhos municipais é justamente por não ter recursos para desenvolver trabalhos e o fundo irá fortalecer a criação de novos conselhos, que talvez precisem apontar o espaço que as mulheres dentro do Estado e por isso defende a construção do grupos de trabalho, Andréia do SINDIJUS diz que conversou com a Patrícia e diz que irão fazer um contato com o departamento financeiro do TJ e ver a possibilidade do TJ dar o primeiro passo e então trazer para ser apreciado pelas conselheiras, a Dra. Márcia diz que esse projeto deve partir da SEJUF e podem procurar o GOFs pois eles estão preparados para conduzir processos dessa natureza, ela diz que o olhar da SEFA na área de qualquer protocolado que vai para a SEFA é estritamente técnico, que não olham para o mérito, que o olhar é dentro do orçamento e do Estado como um todo, que a fazenda tem uma previsão de receita e distribui para cada órgão e o órgão pela locação dos recursos recebidos, mas, no caso do FUNDEPIR, estão correndo risco do Tribunal de Contas solicitar o fechamento por não estar tendo execução, que são cuidados que o GOFs podem auxiliar, a Presidente diz que irá contatar o GOFs para ajudar na construção da nova minuta de projeto de lei, ela agradece a participação da Dra. Márcia e do Dr. Ademir e diz que é um orgulho ter uma mulher como diretora da SEFA, a conselheira Maria Isabel e dona Rosalina falam que tem interesse em acompanhar e contribuir com essa construção, não havendo mais a tratar neste ponto da pauta a Presidente passa para o próximo ponto; item nove; **9) Informes Gerais:** A conselheira Maria Isabel diz que na frente Feminista de Curitiba e região metropolitana tem acompanhado com o pessoal ligado a saúde a situação que está o Estado para ver se conseguem ou não realizar manifestos no dia oito, que estão no pior momento da pandemia, segundo especialista, que isso afeta principalmente as mulheres pois isso afeta as crianças que não estão vacinadas, que também vivem os piores momentos de fome no país, pois são as mulheres que estão mais envolvidas nesse processo, que gostaria de lembrar que todas essas questões devem aparecer no oito de março, que embora estejam dando as boas vindas ao novo ano também devem estar preparadas para um ano de grande desafio, que todas iniciam o novo ano com todas essas questões presentes, inclusive com as questões ambientais, e agradece a todas, Carmen parabeniza a proposta do SINDIJUS, Silvana agradece a

todas, dona Rosalina também parabeniza a fala da Andreia do SINDIJUS, ela pergunta sobre o processo de conferência, a secretária informa que ainda está em vigor a Resolução 01 de fevereiro de 2021 do CNDM que adia o processo de Conferência e enquanto não receber nova Resolução é essa que deve ser seguida e lembra que os conselhos municipais deve seguir legislação municipal e tem autonomia para organizar seus processos de conferências, Nadir casa Nova diz que representa a comunidade Cigana e solicita pauta para a próxima reunião, a Presidente pede a secretária que coloque como ponto de pauta para a próxima reunião o pedido da Nadir, não tendo mais a tratar a presidente passa para o próximo ponto da pauta; item onze; **10) Palavra das Conselheiras:** A abre para palavra das conselheiras, não tendo mais nenhuma manifestação de fala a Presidente agradece a presença de todas dando encerramento a Reunião Ordinária. Esta ATA foi gravada pela Secretária Executiva, Fernanda Marchione e será encaminhada as conselheiras para contribuições, depois de aprovada em reunião plenária será publicada e publicizada no site do CEDM/PR. Nº da Edição do Diário: 11139